

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	1.463.368,03	4.920.345,34	3.456.977,31
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	532.032,77	532.032,77
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	1.463.368,03	4.387.890,95	2.924.522,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	421,62	421,62
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	9.599.060,80	1.225.075,11	(8.373.985,69)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	9.599.060,80	1.225.075,11	(8.373.985,69)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	11.062.428,83	6.145.420,45	(4.917.008,38)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	11.062.428,83	6.145.420,45	(4.917.008,38)
DEFICIT (VI)	-	-	368.495.546,15	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	11.062.428,83	374.640.966,60	(4.917.008,38)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.357.557,39	13.648.027,98	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	1.357.557,39	13.648.027,98	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	334.489.424,00	376.482.449,94	370.925.053,29	356.806.215,83	356.545.632,21	5.557.396,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	213.000.000,00	215.719.758,85	215.595.514,18	215.595.514,18	215.595.514,18	124.244,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	121.489.424,00	160.762.691,09	155.329.539,11	141.210.701,65	140.950.118,03	5.433.151,98
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	10.210.000,00	13.201.769,07	3.715.913,31	2.543.842,10	2.543.842,10	9.485.855,76
INVESTIMENTOS	10.210.000,00	13.201.769,07	3.715.913,31	2.543.842,10	2.543.842,10	9.485.855,76
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	344.699.424,00	389.684.219,01	374.640.966,60	359.350.057,93	359.089.474,31	15.043.252,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	344.699.424,00	389.684.219,01	374.640.966,60	359.350.057,93	359.089.474,31	15.043.252,41
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	344.699.424,00	389.684.219,01	374.640.966,60	359.350.057,93	359.089.474,31	15.043.252,41
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)				
DESPESAS CORRENTES	854.413,00	12.453.845,46	10.758.964,37	10.758.964,37	964.784,98	1.584.509,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	854.413,00	12.453.845,46	10.758.964,37	10.758.964,37	964.784,98	1.584.509,11
DESPESAS DE CAPITAL	112.858,76	896.350,21	923.399,12	923.399,12	85.809,85	-
INVESTIMENTOS	112.858,76	896.350,21	923.399,12	923.399,12	85.809,85	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	967.271,76	13.350.195,67	11.682.363,49	11.682.363,49	1.050.594,83	1.584.509,11

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	55.161,94	55.161,94	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	55.161,94	55.161,94	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	4.772,00	34.358,94	39.130,94	-	-
INVESTIMENTOS	4.772,00	34.358,94	39.130,94	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	4.772,00	89.520,88	94.292,88	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJUS
AV. FARQUAR, 2986, COMPLEXO RIOMADEIRA, CURVO 2, 4º ANDAR
BAIRRO PEDRINHAS CEP: 76801-470 - PORTO VELHO - RO
Telefone: (69) 3216-5799

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2023

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
SEJUS-RO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 17, de acordo com a manifestação técnica nos autos Processo SEI 0088.000082/2024-55, relativas ao exercício de 2023, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade.

Porto Velho, março de 2024

ANA PAULA ARAÚJO BARBOSA

CRC N° 008130/O-5

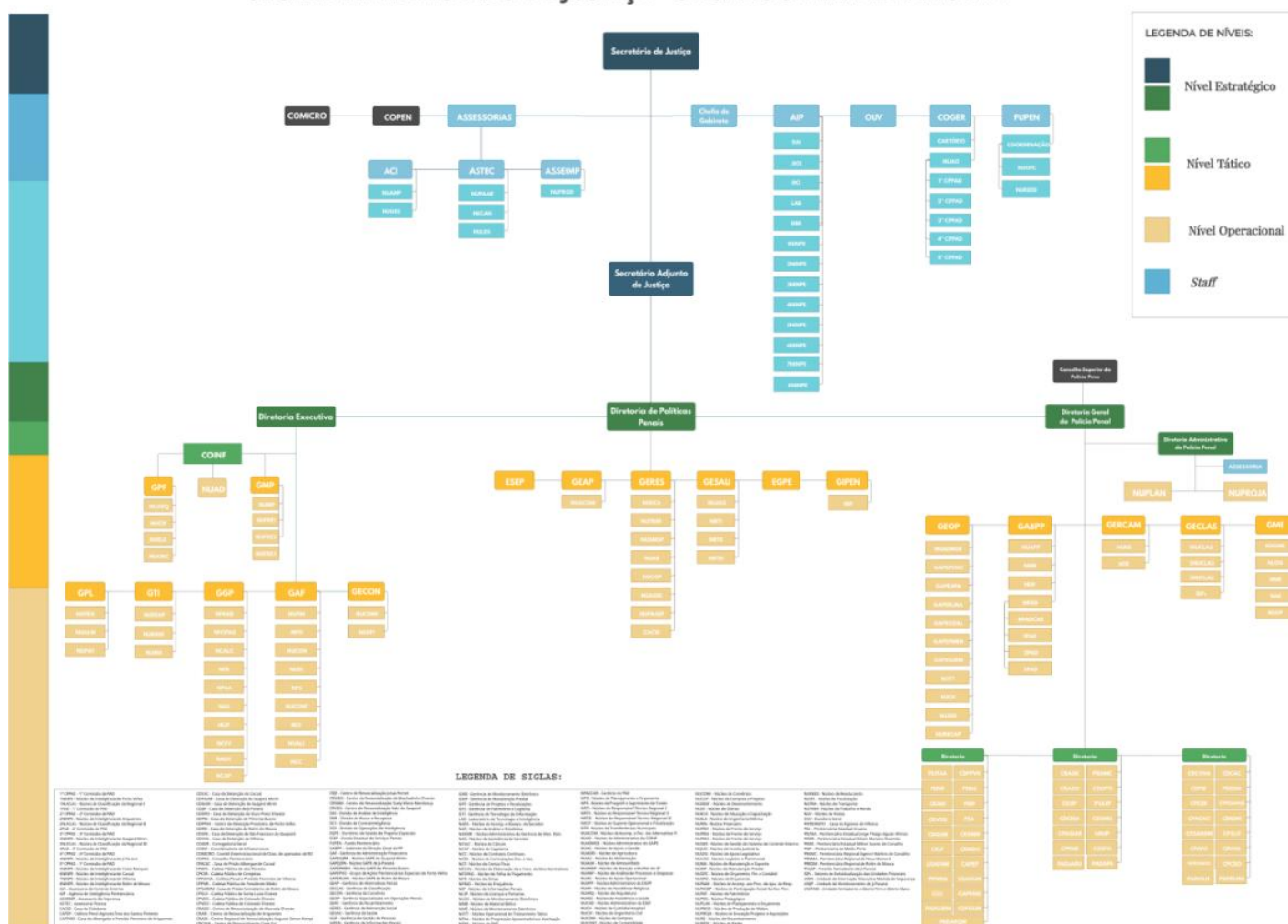
CONTEXTO GERAL

Natureza jurídica e Domicílio da entidade

A Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia - Sejus RO, CNPJ 07.172.665/0001-21, é uma entidade da Administração Pública Estadual, domiciliada no Complexo Rio Madeira, Avenida Farquar nº2986. Edifício Rio Cautário, 4º andar bairro Pedrinhas CEP: 76.801-470 - Porto Velho/RO.

Organograma

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - ORGANOGRAMA LINHA-STAFF



Natureza das operações e principais atividades da entidade

Instituída pela LEI COMPLEMENTAR N° 412 DE DEZEMBRO DE 2007 DOE. N° 0907, 27/12/007. São atribuições:

- a administração do Sistema Penitenciário do Estado, supervisionando e fiscalizando o cumprimento das penas, promovendo o planejamento e estudos de atividades de ressocialização dos apenados ao convívio social;
- a organização e administração do Sistema Penitenciário do Estado, proporcionando-lhe por meio de seus estabelecimentos penitenciários, condições necessárias à execução da pena privativa da liberdade, da medida de segurança e da custódia provisória;
- a supervisão dos estabelecimentos penitenciários, bem como proceder à apuração das infrações penais, administrativas e disciplinares dos servidores do Sistema Penitenciário;
- a administração orçamentária e financeira dos recursos destinados à Secretaria de Justiça;
- a coordenação da programação física e financeira das ações desenvolvidas pelas diversas Unidades Penitenciárias e Centros de Atendimento a Adolescentes infratores que compõem a estrutura da Secretaria de Estado de Justiça; e
- elaboração e execução das políticas de administração penitenciária.

Normas de contabilidade aplicáveis

- NBC TSP Estrutura Conceitual: Elaboração e Divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público;
- Lei n. 4.320/64: "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal";
- PORTARIA CONJUNTA STN/SOF N° 23, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023- Aprova a Parte I da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público(MCASP);
- PORTARIA CONJUNTA STN/SRPC N° 22, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023 - Aprova a Parte III da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público(MCASP);
- PORTARIA STN/MF N° 1568, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. -Aprova a Parte Geral e as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
- Normas emitidas pela Contabilidade Geral do Estado - COGES

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de Elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao

Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, e ainda observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Disponibilidade

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Créditos e obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Implementado os ajustes para perdas da dívida ativa das guias com datas anteriores a 31/12/2023, conforme regulamento vigente.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Investimento permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Inicialmente é reconhecido pelo seu custo e o seu valor contábil deve ser aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor no resultado do período da investida após a data da aquisição.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Intangível

O ativo intangível é reconhecido inicialmente pelo custo. Após o seu reconhecimento inicial o órgão ou a entidade avalia se reconhece o ativo intangível pelo modelo de custo, menos a amortização e a eventual perda por redução ao valor recuperável acumuladas, ou pelo modelo de reavaliação, quando aplicável.

Depreciação, amortização e exaustão

Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, cuja apuração foi realizada considerando o item do ativo estando em condições de uso. Ao final do exercício as entidades através de relatório extraído do E-Estado puderam realizar revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo.

Reavaliação e redução ao valor recuperável

Ao analisar, na data das demonstrações contábeis, a necessidade de se proceder a reavaliação de todos os itens da mesma classe do ativo, aplica-se o lançamento a crédito diretamente à conta de reserva de reavaliação, quando o valor contábil da classe do ativo aumentar, todavia o aumento é reconhecido no resultado do período quando se tratar da reversão de decréscimo por reavaliação da classe do ativo anteriormente reconhecido no resultado. Se o valor contábil diminuir, decorrente da reavaliação, essa diminuição é reconhecida no resultado do período. Porém, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo é debitada diretamente à reserva de reavaliação até o limite de qualquer saldo existente na reserva de reavaliação referente àquela classe de ativo. Quanto a redução do valor recuperável avalia-se se há indicação de perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, além da depreciação. Caso o valor recuperável for menor que o valor líquido contábil é adotado os procedimentos específicos em norma para ajustá-lo.

Depósitos judiciais

Os créditos oriundos da conversão de penas alternativas em pecúnia são registrados na conta 1.1.1.1.1.00.00 caixa e equivalente de caixa, com reconhecimento do passivo no grupo

Demais Obrigações a Curto Prazo conta 2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis.

Custos dos empréstimos

Os juros e outros custos relacionados aos empréstimos de recursos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados, sendo assim aplicado o tratamento padrão dos custos dos empréstimos.

Resto a pagar

Os Restos a Pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou não canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente, estes são classificados em: processados (despesas já liquidadas); e não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). O Estado de Rondônia adota para os restos à pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício anterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar processados. Os estágios de execução dessas despesas ocorrem no exercício seguinte, e o controle é efetuado em contas com informações de natureza orçamentária. Havendo tratamento específico para o encerramento, transferência e abertura de saldos entre o exercício financeiro que se encerra e o que se inicia, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 10ª Edição.

Retenções

Rondônia adota a política contábil considerando a retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

Provisões matemáticas e previdenciárias

Os lançamentos referentes às provisões matemáticas previdenciárias foram efetuados com base na avaliação atuarial periódica do plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Estado elaborada por empresa especializada para tal fim, de acordo com a Lei nº. 9.717/98 e Portaria MPS nº. 204/08. A avaliação atuarial é essencial para a revisão dos planos de custeio e de benefícios previdenciários, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial, e para os Regimes Próprios de Previdência.

Distinção entre circulante e não circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução dos recursos.

Apuração de custos

As atividades desenvolvidas foram refletidas em contas de controle, em estrito atendimento a NBC TSP 34 - Custos no Setor Público.

Renúncia de receita

Em observância ao artigo 35, I, da Lei Federal nº 4.320/1964, os valores referentes a renúncia de receita não transitam pelo orçamento tendo em vista que não percorrem o estágio da arrecadação. Logo, os valores correspondentes foram contabilizados como dedução de receita.

Apuração do resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

Apuração do superávit/déficit financeiro

Reflete a diferença positiva entre o Ativo Financeiro, que compreende os valores de numerário e os créditos realizáveis que independam de autorização orçamentária e o Passivo Financeiro, que abrange as obrigações exigíveis que independam de autorização orçamentária, podendo ser utilizado como fonte para abertura de Créditos Suplementares e Especiais. Acrescido ao conceito da norma para a composição do Superávit/Déficit Financeiro o Estado de Rondônia adota a Política Contábil de não considerar no somatório do Ativo Financeiro a conta contábil 1.1.3.1.2.01.00 "F" - Adiantamentos Concedidos ao RPPS e a conta 1.1.3.8.1.60.00 "F" - Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo e 2.1.8.9.1.9.8.03.00 "F" Outras Obrigações a Curto Prazo (Poderes), sendo estas utilizadas no somatório do Ativo Permanente apenas para consistência na equação contábil. Quanto a não inclusão da conta 1.1.3.1.2.01.00 "F", ela representa adiantamento por parte dos Poderes e Órgãos ao Regime Previdenciário decorrente do cumprimento à Decisão Monocrática n. 0203/2021-GCESS para equalização do Déficit Atuarial, estando o recurso sob controle da Previdência. No que se refere ao grupo de contas 1.1.3.8.1.60.00 "F" e 2.1.8.9.1.9.8.03.00 "F", de acordo com a política já constituída a partir da edição do Decreto n. 20.339/2015, característica trazida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público para esse grupo, e por não se tratar disponibilidade financeira factível, também requer seu desprezo no momento da apuração do superávit. Cabe dizer que a conta 1.1.3.8.1.06.04 "F" - Ordens Bancárias a Compensar é incluída no cômputo do superávit, haja vista representar disponibilidade factível por se tratar de repasses financeiros

entre unidades gestoras. O julgamento para a definição dessa política levou em consideração a relevância para a tomada de decisão dos usuários, demonstrando-se consistente a ponto de que as Demonstrações Contábeis, no caso o Balanço Patrimonial, represente fidedignamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, além de prudente e completa em todos os aspectos materiais, de tal forma que em nenhum momento vá de encontro com as características da informação dispostas na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) aprovadas pela Parte V do MCASP 10ª Edição:



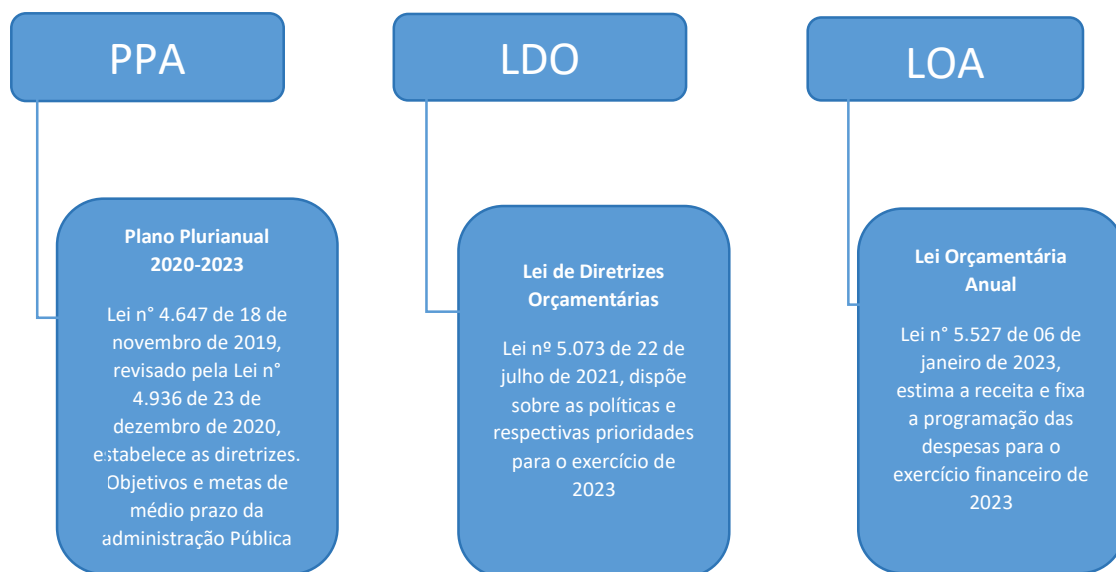
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário tem a finalidade de evidenciar as receitas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Evidencia ainda, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

Sob a ótica orçamentária, Rondônia adota o regime misto, ou seja, reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária no momento da arrecadação.

O sistema orçamentário é composto por três instrumentos de planejamento a Lei Orçamentária - LOA o Plano Plurianual - PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Estado de Rondônia foram definidos da seguinte forma:

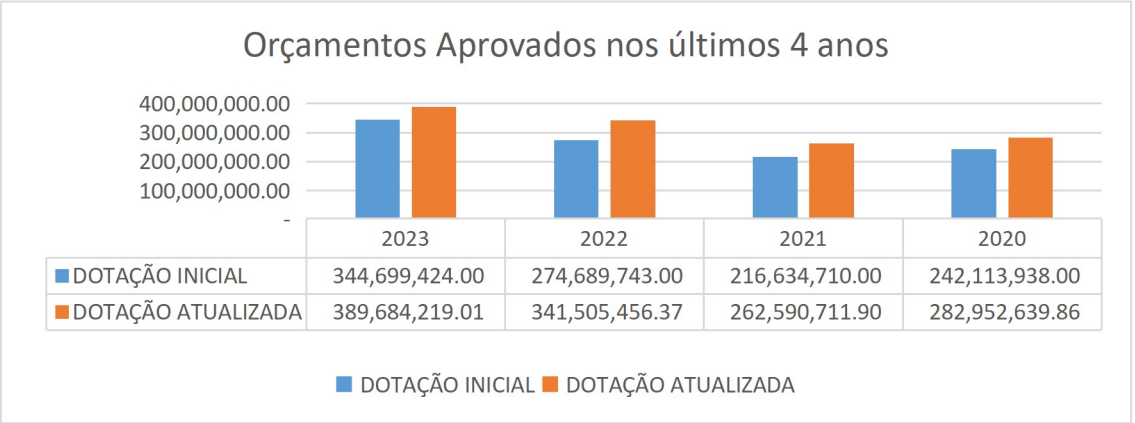
Figura 1: PPA, LDO e LOA



Para o exercício de 2023, em obediência ao princípio orçamentário da anualidade, a Lei Orçamentária Anual nº 5.527, de 6 de janeiro de 2023, juntamente com a Lei nº 5.533 de 14 de março de 2023, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 5.527, de 6 de janeiro de 2023, estimou a receita e fixou a despesa em igual valor no montante de R\$ 13.402.836.510,00 (treze bilhões quatrocentos e dois milhões oitocentos e trinta e seis mil quinhentos e dez reais). A referida lei estabeleceu o orçamento inicial da Secretaria de Justiça - SEJUS em R\$ 344.699.424,00 (trezentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e nove mil e quatrocentos e vinte e

quatro reais). Após as alterações orçamentárias o valor passou a ser de R\$ 389.684.219,01 (trezentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e dezenove reais e um centavo).

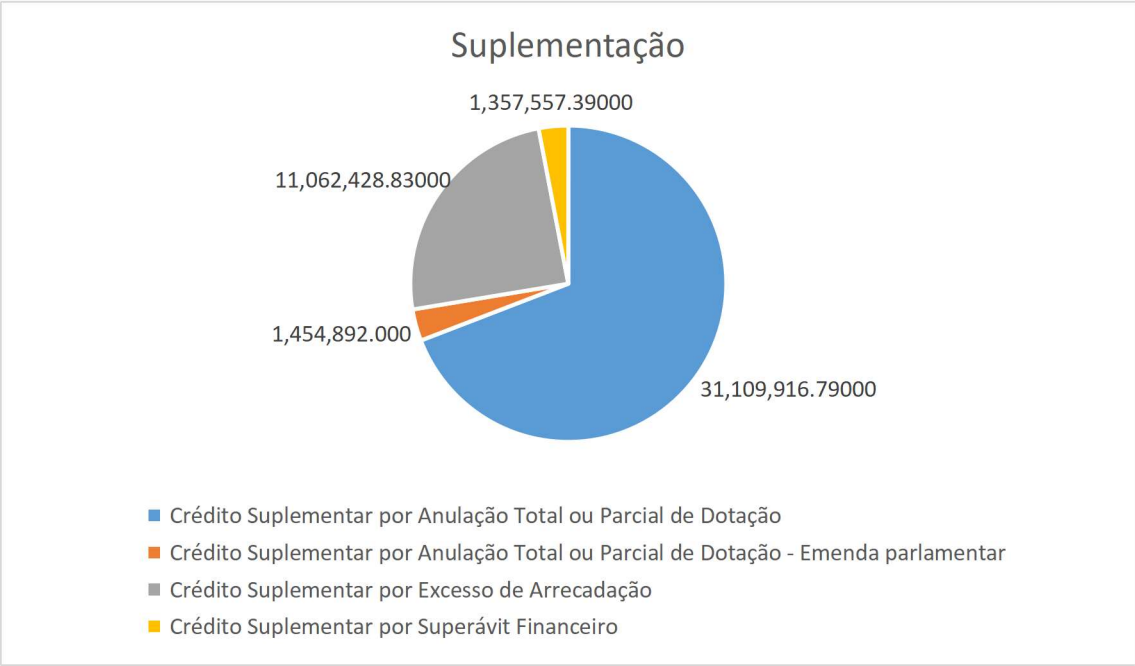
Gráfico 1: Orçamentos aprovados nos últimos 4 anos



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Cabe destacar que durante o exercício de 2023, foi aberto Crédito Adicional Suplementar no valor total de R\$ 44.984.795,01 , onde R\$ 31.109.916,79 foi por Crédito Adicional Suplementar por anulação total ou parcial de dotação, 1.454.892,00 por anulação total ou parcial de dotação - emenda parlamentar, 11.062.428,83 por excesso de arrecadação e 1.357.557,39 por superávit financeiro.

Gráfico 2: Suplementação



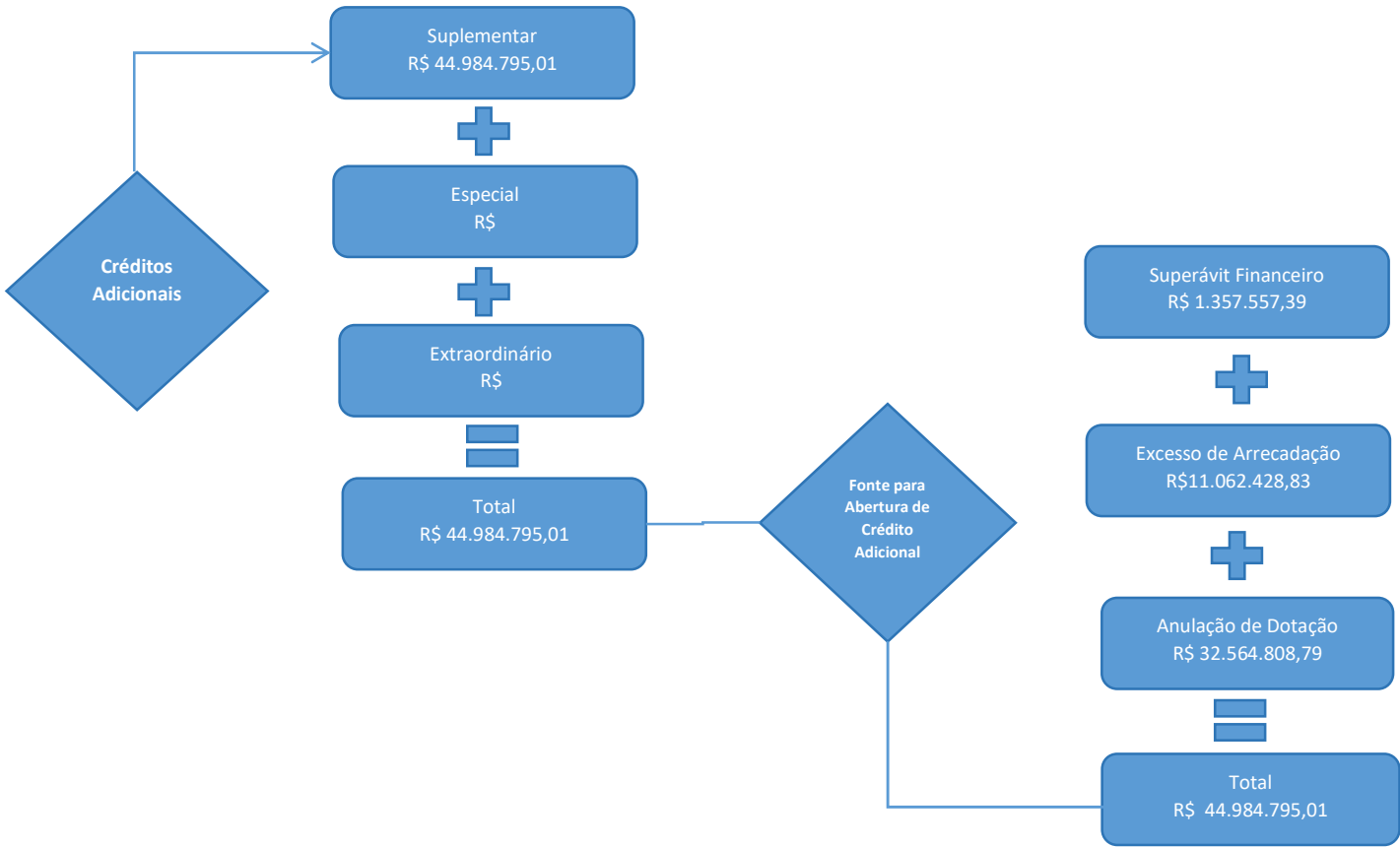
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Créditos Adicionais

No decorrer do exercício de 2023 observou-se a necessidade de realização de despesas insuficientemente dotadas, bem como, de novas despesas, que somadas, resultaram na Dotação Atualizada de R\$ 389.684.219,0, ou seja, houve um incremento de 13,05% em relação à dotação inicialmente prevista.

Quanto aos créditos adicionais abertos, destaca-se na Figura 2, o detalhamento por tipo de crédito e por fonte utilizada para sua abertura:

Figura 2: Créditos adicionais e fonte de abertura



Saldos de Exercícios Anteriores

O Balanço Orçamentário apresenta na linha de “saldo de exercícios anteriores”, os valores dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Em 2023 este saldo correspondeu ao valor total de R\$ 13.648.027.

DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

Receitas Realizadas: R\$ 6.145.420,45
Despesas Empenhadas: R\$ 374.640.966,60
Déficit:R\$ 368.495.546,15

Embora o Balanço Orçamentário apresente um déficit de R\$ R\$ 368.495.546,15, é relevante que seja levado em consideração os seguinte requisitos referente a esta Unidade Gestora evidenciando que este fator não representa irregularidade:

- Não é órgão arrecadador; e
- Recebe dotação orçamentária e cotas financeiras, da Sepog e Sefin respectivamente, para execução das suas ações.

RESTOS A PAGAR

São Restos a Pagar todas as despesas regulamentadas empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas), e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

ANEXO 1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – RPNP

Em análise à demonstração da execução no exercício de 2023 dos Restos a Pagar, verifica-se que do total de R\$ 14.317.467,43 inscritos, R\$ 13.350.195,67 correspondem a restos a pagar não processados de exercício anterior e 967.271,76 de exercício anteriores. Deste total, houve o pagamento de 11.682.363,49 e o cancelamento de R\$ 1.050.594,83 de restos a pagar não processados restando um saldo a pagar ainda no importe de R\$ 1.584.509,11.

Ressalta-se que se o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados é a transferência do saldo ao final do exercício para restos a pagar processados.

ANEXO 2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS- RPP

Verifica-se que do total de R\$ 94.292,88 inscritos em restos a pagar, R\$ 89.520,88, correspondem a restos a pagar processados de exercício anterior e 4.772,00 de exercícios anteriores. Deste total, houve o pagamento total de R\$ 94.292,88, não restando saldo de RPP.

Não houve cancelamento de Restos a Pagar Processados no exercício de 2023.

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Receita Orçamentária (I)	6.145.420,45	618.219,28
Ordinária	179.058,70	59.681,87
Vinculada	5.966.361,75	558.537,41
Recursos Vinculados à Saúde	-	-
Recursos Vinculados à Programas de Recursos Hídricos	769,24	-
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	294,31	296,13
Recursos Vinculados a Convênios	5.965.298,20	250.331,44
Outras Vinculações de Recursos	-	307.909,84
Transferências Financeiras Recebidas (II)	403.218.112,02	358.904.059,67
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	385.232.460,79	345.011.942,58
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	17.985.651,23	13.892.117,09
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	88.586.038,29	73.913.217,67
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	15.290.908,67	13.350.195,67
Inscrição de Restos a Pagar Processados	260.583,62	89.520,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	73.034.546,00	60.358.501,12
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	115.000,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	19.921.451,34	23.313.745,72
Caixa e Equivalente de Caixa	19.921.451,34	23.313.745,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	517.871.022,10	456.749.242,34

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Despesa Orçamentária (VI)	374.640.966,60	333.857.817,88
Ordinária	364.780.063,00	333.663.658,48
Vinculada	9.860.903,60	194.159,40
Recursos Vinculados à Programas de Infra Estrutura de Transportes	-	-
Recursos Vinculados a Convênios	1.360.903,65	194.159,40
Outras Vinculações de Recursos	8.499.999,95	-
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	32.282.086,20	29.487.073,21
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	32.282.086,20	29.487.073,21
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	84.930.084,45	73.482.899,91
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	11.682.363,49	11.622.128,54
Pagamento de Restos a Pagar Processados	94.292,88	1.163.716,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	73.153.428,08	60.582.055,06
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	115.000,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	26.017.884,85	19.921.451,34
Caixa e Equivalente de Caixa	26.017.884,85	19.921.451,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	517.871.022,10	456.749.242,34

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2023			JANEIRO a DEZEMBRO/2022		
	Receita	Deduções	Saldo (c) = (a - b)	Receita	Deduções	Saldo (f) = (d - e)
	Orçamentária (a)	Receita Orçamentária (b)		Orçamentária (d)	Receita Orçamentária (e)	
Ordinária	179.058,70	-	179.058,70	59.681,87	-	59.681,87
Vinculada	5.966.361,75	-	5.966.361,75	558.537,41	-	558.537,41
Recursos Vinculados à Saúde	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados à Programas de Recursos Hídricos	769,24	-	769,24	-	-	-
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	294,31	-	294,31	296,13	-	296,13
Recursos Vinculados a Convênios	5.965.298,20	-	5.965.298,20	250.331,44	-	250.331,44
Outras Vinculações de Recursos	-	-	-	307.909,84	-	307.909,84
TOTAL	6.145.420,45	-	6.145.420,45	618.219,28	-	618.219,28

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

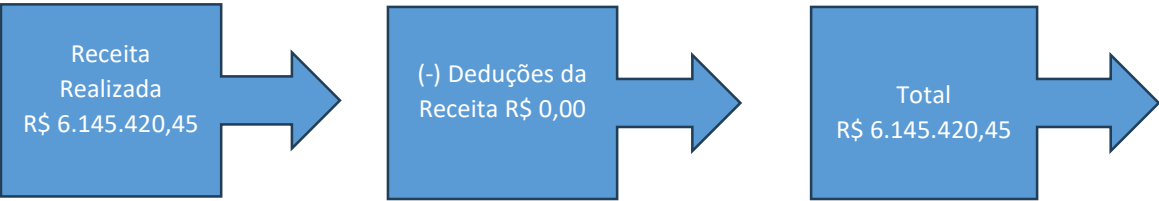
BALANÇO FINANCEIRO

Lei nº 4.320/1964, define o Balanço Financeiro – BF como sendo a demonstração contábil que evidencia as receitas e orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do Exercício seguinte. (MCASP, 10ª Ed. 2023).

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. É válido ressaltar que o resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Composição da Receita Orçamentária

No Balanço Financeiro é apresentada a composição da receita orçamentária líquida das deduções. É possível visualizar essa afirmação no gráfico abaixo relativo a Receita Orçamentária Realizada, como ilustra figura:



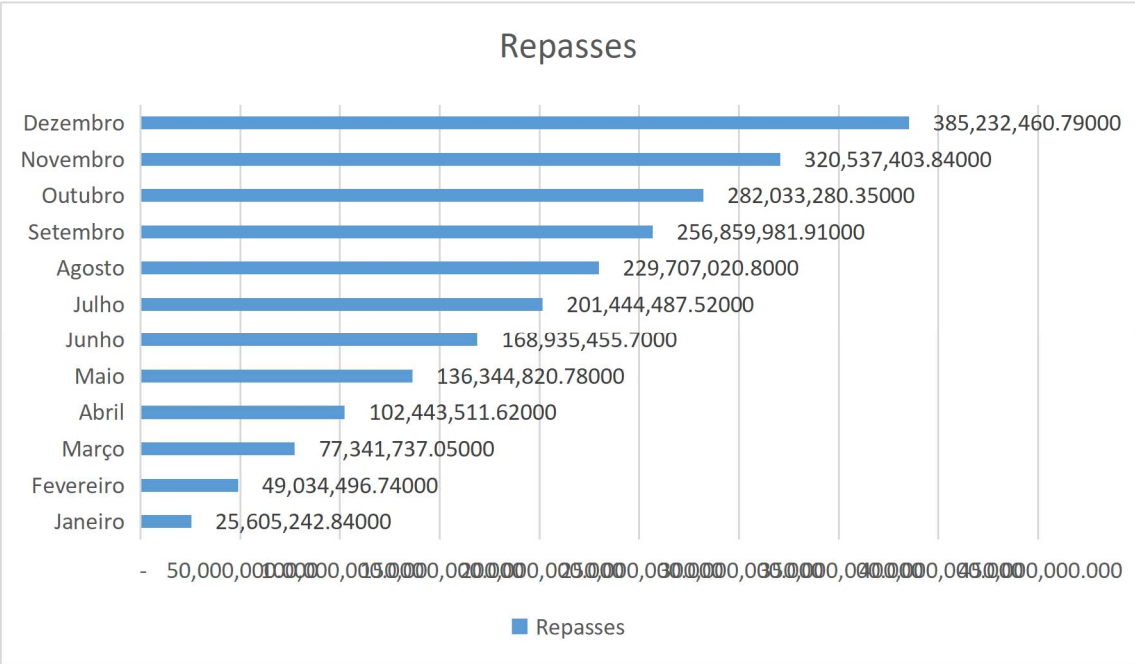
INGRESSOS

Em 31/12/2023 o Balanço Financeiro desta Unidade Gestora apresentou o saldo de R\$ 517.871.022,10, aos quais ficaram compostas da seguinte forma:

Ingresso	2023	AV%
Receitas Orçamentárias	6.145.420,45	1,09%
Transferências Financeiras recebidas	403.218.112,02	77,86%
Recebimentos Extra Orçamentários	88.586.038,29	17,11%
Saldo de Exercício Anterior: Caixa e Equivalente de Caixa	19.921.451,34	3,85%
Total	517.871.022,10	100%

Transferências Financeiras Recebidas

Abaixo será demonstrado as Transferências Financeiras Recebidas em 2023.



DISPÊNDIOS

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. No período analisado, dos R\$ 517.871.022,10, de dispêndios financeiros, 72,34 % referem-se às despesas orçamentárias que apresentaram um acréscimo de 12,22 % de 2022 para 2023, em termos percentuais. Essas despesas se subdividem em dispêndios ordinários e vinculados e são executados conforme determinação da Lei Orçamentária Anual.

O Caixa e Equivalente de Caixa apresentou um acréscimo de 30,60%. As despesas extra orçamentárias apresentaram um acréscimo no percentual de 15,58% em relação ao exercício anterior, correspondentes aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, como também os Pagamentos de Restos a Pagar.

Quadro dispêndios- composição

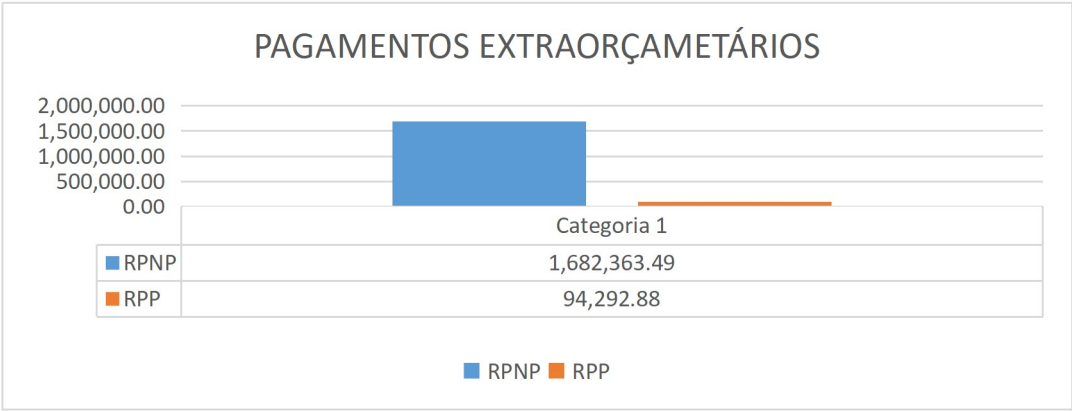
Dispêndios	2023	2022	AH%2023/2022	AV%2023
Despesas Orçamentárias	374.640.966,60	333.857.817,88	12,22%	72,34%
Transferências Financeiras Concedidas	32.282.086,20	29.487.073,21	9,48%	6,23%
Pagamentos Extra Orçamentárias	84.930.084,45	73.482.899,91	15,58%	16,40%

Saldo Para o Exercício seguinte: Caixa e Equivalente de Caixa	26.017.884,85	19.921.451,34	30,60%	5,02%
Total	517.871.022,10	456.749.242,34	13,38%	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

Pagamentos Extraorçamentários

Do total de inscritos dos Restos a Pagar, houve o pagamento de R\$ 1.682.363,49 de restos a pagar não processados e R\$ 94.292,88 de restos a pagar processados.



Resultado financeiro

O Resultado Financeiro pode ser obtido através do resultado entre:

1. Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa e
2. Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Balanço Financeiro da Sejus apresentou o Resultado Financeiro no final do Exercício de 2023 positivo na importância de R\$ 6.096.433,51.

Quadro Resultado Financeiro

Dispêndios	2023	2022
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	26.017.884,85	19.921.451,34
Ingressos	2023	2022
(-) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	19.921.451,34	23.313.745,72
(=) Resultado Financeiro	6.096.433,51	(3.392.294,38)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.017.884,85	19.921.451,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	26.017.884,85	19.921.451,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	8.557.908,01	4.512.420,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	17.459.976,84	15.409.030,46
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.183.904,24	1.211.385,24
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.183.904,24	941.025,24
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	1.183.904,24	941.025,24
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	-	360,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO- CONSOLIDAÇÃO	-	360,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	-	270.000,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	194.721,64
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	-	75.278,36
ESTOQUES	980.093,98	1.565.924,98
ALMOXARIFADO	980.093,98	1.565.924,98
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	980.093,98	1.565.924,98
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	28.181.883,07	22.698.761,56
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	218.571.422,22	170.305.932,85
BENS MOVEIS	39.806.334,05	32.396.415,83
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	39.806.334,05	32.396.415,83
BENS IMÓVEIS	189.967.852,57	144.489.361,44
BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	189.967.852,57	144.489.361,44
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(11.202.764,40)	(6.579.844,42)
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	(11.202.764,40)	(6.579.844,42)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	218.571.422,22	170.305.932,85
TOTAL DO ATIVO	246.753.305,29	193.004.694,41

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	7.934.086,58
PESSOAL A PAGAR	-	7.647.331,97
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-	7.647.331,97
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-	-
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-	286.754,61
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	-	0,01
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	-	286.754,60
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - ESTADO	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - MUNICÍPIO	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.898.728,54	3.524.263,76
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	6.898.728,54	3.524.263,76
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	6.898.728,54	3.524.263,76
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTER OFSS - UNIÃO	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTER OFSS - UNIÃO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS - CONSOLIDAÇÃO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS - CONSOLIDAÇÃO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS - INTRA OFSS	-	-

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-	-
PROVISÕES A CURTO PRAZO	28.179.049,91	2.339.392,66
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	15.839.657,25	-
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	15.839.657,25	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	12.339.392,66	2.339.392,66
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	12.339.392,66	2.339.392,66
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	434.434,97	546.330,00
VALORES RESTITUÍVEIS	420.855,12	539.737,20
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	308.031,41	414.193,30
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	9.051,89	1.186,82
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	93.758,25	92.316,95
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	10.013,57	32.040,13
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13.579,85	6.592,80
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-INTRA OFSS	13.579,85	6.592,80
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO- INTER OFSS - UNIÃO	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	35.512.213,42	14.344.073,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	-	-
PESSOAL A PAGAR	-	-
PESSOAL A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	-	-
PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.861.000,00	1.861.000,00
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	1.861.000,00	1.861.000,00
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.861.000,00	1.861.000,00
TOTAL DO PASSIVO NAO-CIRCULANTE	1.861.000,00	1.861.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
DEMAIS RESERVAS	-	-
RESERVA DE REAValiação	-	-

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
RESERVA DE REAVALIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-	-
RESULTADOS ACUMULADOS	209.380.091,87	176.799.621,41
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	209.380.091,87	176.799.621,41
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	(442.798.345,03)	(119.820.262,88)
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	661.389.805,76	310.660.041,19
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	(9.172.461,25)	(14.008.700,05)
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	(38.907,61)	(31.456,85)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	209.380.091,87	176.799.621,41
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	246.753.305,29	193.004.694,41

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo Financeiro	26.017.884,85	19.921.451,34
Ativo Permanente	220.735.420,44	173.083.243,07
Total Ativo (I)	246.753.305,29	193.004.694,41
PASSIVO		
Passivo Financeiro	17.556.856,52	14.951.497,51
Passivo Permanente	36.691.774,68	15.571.042,92
Total Passivo (II)	54.248.631,20	30.522.540,43
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	192.504.674,09	162.482.153,98

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	10.515.897,81	259.022,55
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	10.515.897,81	259.022,55
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potencias Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2023	31/12/2022
500 Recursos não Vinculados de Impostos.	454.688,48	1.673.273,43
501 Outros Recursos não Vinculados	112.890,07	7.342,67
700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	7.889.085,00	3.284.690,45
709 Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	52,70	629,51
754 Recursos de Operações de Crédito	4.312,08	4.017,77
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	8.461.028,33	4.969.953,83

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

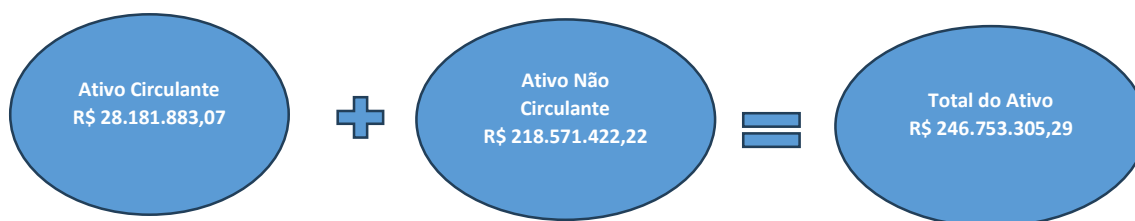
BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial têm-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, Parte V, 10ª Ed. 2023).

Ativo

No exercício de 2023, o Balanço Patrimonial apresentou no seu Ativo Total um valor de R\$ 246.753.305,29 dividido em ativo Circulante e Ativo não Circulante, conforme representado na Figura:

Representação do Ativo



Caixa e Equivalentes de Caixa

Constitui-se no somatório dos valores em caixa, bancos, aplicações financeiras e operações equivalentes, que representam os recursos com livre movimentação para aplicação nas operações das entidades e para os quais não possui restrições para uso imediato.

Na "Conta Única" foram registrados os valores repassados pelo Tesouro às unidades (R\$ 17.459.976,84).

Na conta "Bancos conta Movimento - Demais Contas" foram registradas as disponibilidades financeiras da SEJUS.

Desse valor, R\$ 8.485.272,03 referente às contas do Banco do Brasil e; R\$ 72.635,98 relativo à conta da Caixa Econômica Federal.

11100000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.017.884,85
11111190100	=BCO CONTA MOVIMENTO - BANCO DO BRASIL	8.485.272,03
11111190200	=BCO CONTA MOVIMENTO - CAIXA ECONOMICA	72.635,98
11112400000	RECURSOS LIBERADOS PELO TESOIRO	17.459.976,84

Conta Única do Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

Isto posto, a Conta Única do Tesouro - CUT obedecendo o princípio da tesouraria, utiliza o limite de saque com vinculação de pagamento do qual o Tesouro controla os pagamentos dentro de cada fonte de recursos, de forma a vincular a liberação com a respectiva despesa, a partir da criação do código de vinculação de pagamento.

Detalhar Conta

* Unidade Gestora / Gestão: 210001 00001 ?

☐ Incluir Saldos Zerados

Confirmar

* Conta Contábil 1.1.1.1.2.40.01.01 ?

Mês Referência Encerramento

Conta Corrente ? a ?

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo	
001 02757X 0000100005 1.500.0.00001	0,00	0,00	16.060.872,83	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.07001	0,00	0,00	99.999,91	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.07008	0,00	0,00	106.188,88	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.07010	0,00	0,00	28.960,02	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.07011	0,00	0,00	42.408,81	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.07015	0,00	0,00	398.143,09	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.07021	0,00	0,00	23.866,65	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.07023	0,00	0,00	3.148,54	D
Totais	0,00	0,00	17.459.593,28	D

Detalhar Conta

* Unidade Gestora / Gestão: 210001 00001 ?

☐ Incluir Saldos Zerados

Confirmar

* Conta Contábil 1.1.1.1.2.40.01.01 ?

Mês Referência Encerramento

Conta Corrente ? a ?

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo	
001 02757X 0000100005 1.500.0.07051	0,00	0,00	178.640,64	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.07052	0,00	0,00	199.937,10	D
001 02757X 0000100005 1.501.0.08103	0,00	0,00	271,45	D
001 02757X 0000100005 1.869.0.00000	0,00	0,00	317.155,36	D
Totais	0,00	0,00	17.459.593,28	D

Estoques

No que tange a conta do almoxarifado, apresentado no Balanço Patrimonial e ao saldo final do Inventário do Estoque em almoxarifado, é evidenciado uma REGULARIDADE entres os saldos. É executado regularmente os lançamentos contábeis de registros do controle dos matérias de consumo da SEJUS conforme evidenciado no processo 0033.003384/2023-30.

1156000000	ALMOXARIFADO	980.093,98
1156100000	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	980.093,98
11561010000	=MATERIAL DE CONSUMO	980.093,98

Inventário do Estoque em Almoxarifado – TC 13

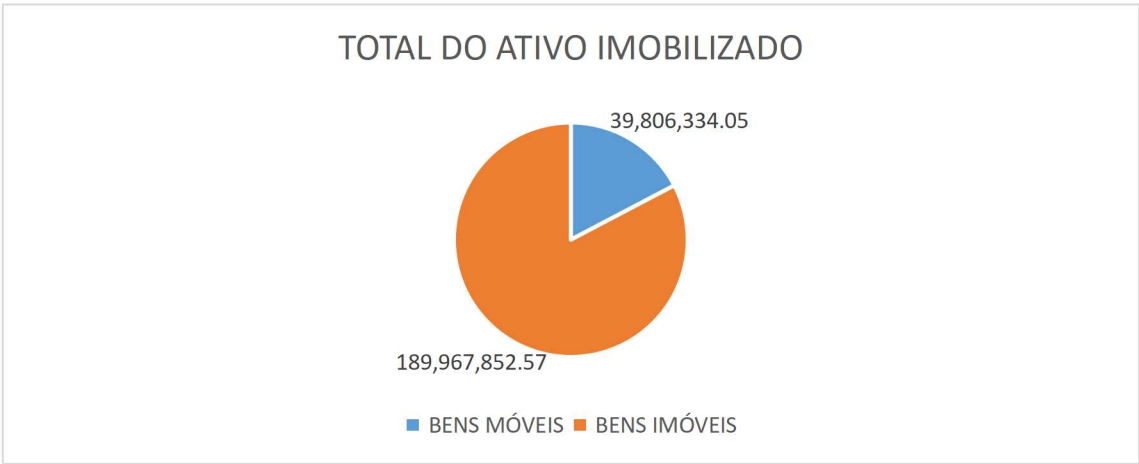
O Inventário de 2023 relatado no processo 0033.003384/2023-30 consta no Valor líquido de R\$ 980.093,98

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Nesse grupo de contas são registrados os elementos patrimoniais que são considerados caixa ou que podem ser convertidos em caixa após um período de 12 meses, com base na data da elaboração das demonstrações contábeis.

Imobilizado

A elaboração do inventário físico que permite o ajuste dos dados escriturais com o saldo físico do acervo patrimonial dessa Unidade foi realizado pela comissão inventariante, composta pelos servidores JOSÉ LÚCIO FREITAS GUARATES - Presidente, PEDRO NASCIMENTO VIEIRA - Membro, FRANCISCO RICARDINO DE JESUS - Membro e MANOEL NASCIMENTO VIEIRA - Membro, cujas atividades foram desenvolvidas e, 01/09 à 18/12/23, ao recepcionar o inventário a Central desta Contabilidade analisou e realizou os devidos lançamentos, correspondendo aos valores abaixo contabilizado no Ativo Imobilizado:



BENS MÓVEIS

Os bens móveis registrados no Imobilizado estão da seguinte forma:

12310000000	BENS MOVEIS	39.806.334,05
12311010000	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	11.087.685,15
12311020000	BENS DE INFORMÁTICA	5.409.302,86
12311030000	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.870.706,69
12311040000	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	503.263,64
12311050000	VEÍCULOS	11.698.346,96
12311080000	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	0,00
12311090000	ARMAMENTOS	7.232.639,95
12311990000	DEMAIS BENS MÓVEIS	4.388,8

Transferência de Bens do Fupen à Sejus.

Em conformidade com o Decreto nº 24.041/19 que regulamenta a gestão patrimonial dos bens móveis do Poder Executivo do Estado de Rondônia, e Lei Complementar n. 1.210, de 19 de Dezembro de 2023, que dispõe sobre o Fundo Penitenciário do Estado de Rondônia - FUPEN, prevê que o Fundo é órgão vinculado à Secretário de Estado da Justiça de Rondônia e ao Estado de Rondônia. Diante disso, informamos que o FUPEN - Fundo Penitenciário de Rondônia, transfere a propriedade e posse dos bens permanente à SEJUS, que realiza a incorporação no seu patrimônio. No exercício de 2023 esse procedimento é evidenciado no processo 0033.023203/2023-91.

Ajustes Patrimoniais

Foram realizados os devidos ajustes patrimoniais para regularização dos bens móveis ao quais estão evidenciados no processo 0033.028598/2023-19.

BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis registrados no Imobilizado estão da seguinte forma:

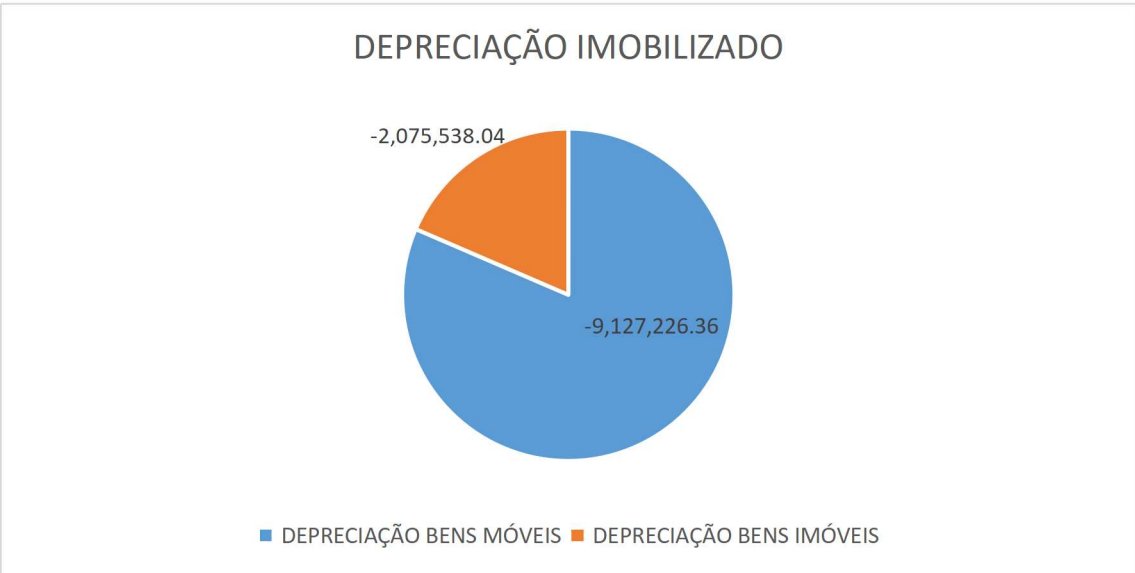
1232000000	BENS IMOVEIS	189.967.852,57
12321010400	TERRENOS/GLEBAS	53.419.656,96
12321011700	PRESÍDIOS/DELEGACIAS	136.548.195,61

Depreciação

A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

Esta Administração Pública, de uma forma geral, utilizou o método das quotas constantes em seus registros, conforme o Manual de Procedimentos Contábeis Especiais parte II.

No exercício de 2023, foram registradas depreciações que totalizaram R\$ 11.202.764,40, correspondendo aos valores abaixo registrados:



Depreciação dos Bens Móveis

Depreciação acumulada aplicada nos bens móveis da Sejus:

12381010000	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-9.127.226,36
12381010100	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIP	-2.346.595,65
12381010200	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	-1.564.678,51
12381010300	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-1.013.280,95
12381010400	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCA	-76.512,11
12381010500	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	-2.755.309,64
12381010900	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE ARMAMENTOS	-1.367.013,10
12381019900	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	-3.836,40

Depreciação dos Bens Imóveis

Depreciação acumulada aplicada nos bens móveis da Sejus:

12381020000	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	-2.075.538,04
12381020100	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO ESPECIAL	-2.075.538,04

Relatório Mensal de Depreciação

Foi encaminhado através do processo 0033.003827/2023-92 o relatório de depreciação dos bens móveis e imóveis.

Cabe relatar que, referente a depreciação mensal sobre os bens móveis, devido as inúmeras problemáticas aos quais a secretaria encontrou, como aceitações de doações de bens pelas unidades prisionais sem a devida tramitação correta, erros de relatórios do sistema patrimonial, ocorreu a dificuldade de registro mensal da depreciação, devido as inconsistências entre as contas entre o Sigef e o sistema patrimonial, aos quais foram sendo sanadas e assim sendo registrada a depreciação acumulada.

Sobre a depreciação dos bens imóveis conforme consta no processo 0064.004828/2023-97 foi instruído ao acesso ao sistema e somente executado também a depreciação acumulada.

..em observância aos apontamentos do TCE, posicionando se que os relatórios referentes ao exercício de 2023, deverão conter as especificações e valores dos bens imóveis de cada UG, devidamente depreciados, conforme padronizado pela Corte de Contas, através da publicação de Instrução Normativa n.º 13 do TCE (TC- 16).

Considerando ainda as atribuições da SEPAT, cabe instruir e normatizar aos demais Órgãos e Entes estaduais, bem como a responsabilidade de recebimento do inventário de bens das Unidades Gestoras, e posterior encaminhamento a COGES para lançamento no balanço patrimonial, como o disposto no Decreto n.º 28.448, de 18 de setembro de 2023, Anexo I, sobre o encerramento do exercício Financeiro de 2023, para Poderes e Órgãos do Estado de Rondônia:

“X - 8 de janeiro de 2024: entrega à Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT dos relatórios inerentes aos inventários de bens imóveis e móveis, após os devidos lançamentos contábeis efetuados pela Contabilidade da Unidade Gestora; XXII - 8 de fevereiro de 2024: encaminhamento à COGES, pela SEPAT, do inventário consolidado dos bens móveis e imóveis do Poder Executivo, destacando a data e o critério utilizado para reavaliação dos bens, para inserção em nota explicativa do Balanço Geral do Estado;”

Diante do exposto foram adotadas as providências para atender a necessidade de depreciação dos bens imóveis, tais como a adoção do sistema do criado pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, bem como o treinamento realizado no dia 01/12/2023 no laboratório da Escola de Governo com as unidades gestoras.

...

Diante o fato exposto, o relatório de depreciação mensal dos bens imóveis ocorreu somente no final do exercício.

Inventário Físico-financeiro Dos Bens Móveis - TC 15

Inventário de 2023 relatado no processo 0033.022479/2023-52 consta no importe de R\$ R\$ 30.679.107,69 ao qual concilia com o valor líquido contábil.

12310000000	BENS MOVEIS	39.806.334,05
12380000000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	- 9.127.226,36
	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	R\$ 30.679.107,69

<u>INVENTÁRIO - TC 15</u>	Inventário Físico-financeiro Dos Bens Móveis	R\$ 30.679.107,69
---------------------------	--	-------------------

Diferença do TC-15 gerado pelo E-estado e encaminhado pela comissão do inventário.

O TC -15 apresentado pela comissão de inventário encaminhado ao núcleo de contabilidade diverge do TC-15 gerado pelo sistema patrimonial E-estado.

A Comissão frisa que enfrentou inúmeras dificuldades com o Sistema e-Estado ao tentar utilizar o Módulo Inventário do mesmo, sendo as principais delas:

- 1. Sistema lento, caindo muitas vezes no decorrer do dia;
- 2. Termos de responsabilidade para alguns departamentos não estava disponível;
- 3. Relatórios com diferença de valores em conta contábeis;
- 4. Percebeu-se, que muitos bens permanentes estão cadastrados abaixo de preço de mercado, no qual, se faz necessário, a reavaliação de todos os bens permanentes.

Diante das dificuldades apresentadas, bem como acostadas ao Processo Sei id 0033.033762/2023-18 Memorando 65 id 0043512244, a Comissão levou ao conhecimento da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT, Contabilidade Geral do Estado - COGES e a Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, solicitando a utilização do módulo "inventário" habilitado dentro do sistema E-Estado, no qual estava programada para ser utilizada no inventário de 2023, que seja utilizado somente no inventário de 2024, haja vista que não há tempo hábil para inserir os bens no módulo "inventário", atendendo orientação da COGES, optou pela aplicabilidade de planilhas do Excel para apresentação de todo o acervo patrimonial, conforme solicitado através do Processo id 0033.033762/2023-18 Memorando 65 id 0043512244.

Inventário Físico-financeiro Dos Bens Imóveis - TC 16

Inventário de 2023 relatado no processo 0033.000677/2024-46 consta no importe de R\$ R\$ 187.892.314,53 ao qual concilia com o valor líquido contábil.

12310000000	BENS MOVEIS	189.967.852,57
12380000000	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-2.075.538,04
	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	187.892.314,53

INVENTÁRIO - TC 16	Inventário Físico-financeiro Dos Bens Imóveis	187.892.314,53
--------------------	---	----------------

Os registros contábeis de depreciação constam evidenciados no processo 0033.003827/2023-92.

PASSIVO CIRCULANTE

Nesse grupo são registradas as obrigações da entidade exigíveis em um período de até 12 meses, com base na data da elaboração das demonstrações contábeis.

Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo

Foi motivado pelo núcleo de contabilidade o processo 0033.033785/2023-14 referente às Despesas Sem Prévio Empenho da Sejus.

Em retorno foi informado sobre os valores a serem contabilizados e, pois, foram lançados pelo núcleo contábil através da 2023NL22529, tendo os documentos informados como suporte, para que não ocorra subavaliação no passivo.

Observação I: Conforme registro da 2022NL022494 da apropriação de fornecedores baseadas no documento suporte informadas no processo 0033.099043/2022-71, efetuamos o registro do ajuste dos valores baseados no novo saldo informado no processo 0033.033785/2023-14 ao qual totaliza o valor no importe de R\$ 6.638.144,92.

Portanto foi executado um lançamento contábil complementar de R\$ 3.208.174,04.

Observação II: Foi executado o lançamento em sua totalidade para conforme execução das despesas o saldo for dado baixa por valor empenhado.

Observação III: informamos que foi realizado ajuste ao invés da baixa pelo motivo ao qual os valores informados em 2022 não foram empenhados no elemento 92 no exercício de 2023, por não ter sido realizado a despesa. E os valores que realmente foram empenhados no elemento 92, não foram informados para o devido registro, aos quais foram justificados seu empenho através do processo 0033.001279/2024-47.

21300000000	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.898.728,54
21311010101	=FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F)	260.583,62
21311019902	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR (P)	6.638.144,92

Provisões a Curto Prazo

Conforme processo 0033.098737/2022-91 para verificação da existência de ativos e/ou passivos contingentes nesta unidade gestora.

Conforme respostas encaminhadas ao núcleo de contabilidade foram localizados processos, e no que tange à probabilidade de saída de recurso da unidade relacionada a estes processos, foram relacionados como "REMOTA, POSSÍVEIS e PROVÁVEIS" e atualizados.

Pelo processo 0020.021004/2023-98 conforme Ofício nº 27257/2023/PGE-DAAP também houve informação para lançamento de registro de Derrota provável - Artigo 2º, I, b da Portaria 106/2019/PGE-GAB.

Sendo assim reconhecidos:

R\$ 28.179.049,91 dos prováveis no período inferior a 12 meses, reconhecida uma PROVISÃO A CURTO PRAZO, sendo:

R\$ 15.839.657,25 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS - 21711010000 - processo 0020.021004/2023-98

R\$ 12.339.392,66 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS - 21741010000:

R\$ 10.000.000,00 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS - processo 0020.021004/2023-98

R\$ 2.339.392,66 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS - processo 0033.098737/2022-91

R\$ 1.861.000,00 dos prováveis no período superior a 12 meses, reconhecia uma PROVISÃO A LONGO PRAZO - 22741010000- Provisão Para riscos cíveis a Longo Prazo - processo 0033.098737/2022-91

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Nesse grupo são registradas as obrigações da entidade exigíveis após um período de 12 meses, com base na data da elaboração das demonstrações contábeis.

PROVISÕES A LONGO PRAZO

Conforme processo 0033.098737/2022-91 para verificação da existência de ativos e/ou passivos contingentes nesta unidade gestora.

Conforme respostas encaminhadas ao núcleo de contabilidade foram localizados processos, e no que tange à probabilidade de saída de recurso da unidade relacionada a estes processos, foram relacionados como "REMOTA, POSSÍVEIS e PROVÁVEIS" e atualizados.

Pelo processo 0020.021004/2023-98 conforme Ofício nº 27257/2023/PGE-DAAP também houve informação para lançamento de registro de Derrota provável - Artigo 2º, I, b da Portaria 106/2019/PGE-GAB.

Sendo assim reconhecidos:

R\$ 28.179.049,91 dos prováveis no período inferior a 12 meses, reconhecida uma PROVISÃO A CURTO PRAZO, sendo:

R\$ 15.839.657,25 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS - 21711010000 - processo 0020.021004/2023-98

R\$ 12.339.392,66 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS - 21741010000:

R\$ 10.000.000,00 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS - processo 0020.021004/2023-98

R\$ 1.861.000,00 dos prováveis no período superior a 12 meses, reconhecia uma PROVISÃO A LONGO PRAZO - 22741010000- Provisão Para riscos cíveis a Longo Prazo - processo 0033.098737/2022-91

PASSIVOS CONTINGENTES

Conforme processo 0033.098737/2022-91 para verificação da existência de ativos e/ou passivos contingentes nesta unidade gestora.

Conforme respostas encaminhadas ao núcleo de contabilidade foram localizados processos, e no que tange à probabilidade de saída de recurso da unidade relacionada a estes processos, foram relacionados como "REMOTA, POSSÍVEIS e PROVÁVEIS" e atualizados. Sendo assim reconhecidos:

R\$ 22.468.491,88 - DEMANDAS JUDICIAIS - PROCESSO JUDICIAL EM EXECUÇÃO - 84111020200 processo 0033.098737/2022-91

R\$ 14.200.392,66 - outros passivos contingentes - 84119000000 - processo 0033.098737/2022-91

R\$ 168.156,25 como uma possibilidade Remota de saída, portanto, não registrados contabilmente.

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	532.032,77	616.252,50
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	532.032,77	616.252,50
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	532.032,77	616.252,50
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	412.604.168,21	362.815.508,18
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	406.714.839,25	362.504.397,18
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	385.232.460,79	345.011.942,58
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21.482.378,46	17.492.454,60
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	5.889.328,96	311.111,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	1.225.075,11	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	4.664.253,85	311.111,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	46.589.878,05	69.303,51
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	46.589.193,09	66.962,26
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	46.589.193,09	66.962,26
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	684,96	2.341,25
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	684,96	2.341,25
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.204,12	11.966,78
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.204,12	11.966,78
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	421,62	1.966,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	7.782,50	10.000,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	459.734.283,15	363.513.030,97

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	233.419.708,44	221.670.007,64
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	192.427.141,58	181.695.792,55
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	191.416.107,90	179.706.663,40
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	914.929,50	1.823.179,38
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO MILITAR	96.104,18	165.949,77
ENCARGOS PATRONAIS	23.948.317,94	22.639.447,30
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	22.902.038,63	21.919.074,16
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	1.046.279,31	720.347,51
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	-	25,63
BENEFÍCIOS A PESSOAL	17.044.248,92	17.334.767,79
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	1.069,97	-
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	17.043.178,95	17.334.767,79
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.230.051,32	4.361.032,80
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.230.051,32	4.361.032,80
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL	4.230.051,32	4.361.032,80
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	132.028.289,82	96.803.540,61
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	74.335.110,29	60.406.708,47
CONSUMO DE MATERIAL	74.335.110,29	60.406.708,47
SERVIÇOS	53.067.579,40	33.893.009,09
DIÁRIAS	7.093.092,60	4.055.795,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PF	16.000,00	18.714,98
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	45.958.486,80	29.818.499,11
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	4.625.600,13	2.503.823,05
DEPRECIAÇÃO	4.625.600,13	2.503.823,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	806,51	7.042,76
JUROS E ENCARGOS DE MORA	806,51	7.042,76
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS	568,88	7.042,76
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	237,63	-

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	37.569.515,64	33.810.410,49
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	33.051.918,10	29.902.667,89
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	33.051.918,10	29.902.667,89
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	4.517.597,54	2.772.093,58
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	4.517.597,54	2.772.093,58
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	-	1.135.649,02
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES	-	2.000,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS	-	1.133.649,02
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	467.001,69	126.262,19
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	-	1.548,91
OUTRAS PERDAS INVOLUNTÁRIAS	-	1.548,91
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	467.001,69	124.713,28
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	467.001,69	124.713,28
TRIBUTÁRIAS	45.234,95	35.293,40
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	45.234,95	35.293,40
IMPOSTOS	-	719,53
TAXAS	45.234,95	34.573,87
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	26.688.895,26	9.611.662,66
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	25.839.657,25	1.488.262,66
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	15.839.657,25	-
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	10.000.000,00	1.488.262,66
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	849.238,01	8.123.400,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	14.760,97	-
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	833.877,04	8.121.400,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	600,00	2.000,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	434.449.503,63	366.425.252,55
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	25.284.779,52	(2.912.221,58)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:02 por Edney da Silva Matos

Página 3 de 3

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Por meio dela é possível verificar o resultado patrimonial do exercício que é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. (MCASP, parte V, 10ª Ed. 2023).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) correspondem aos aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) correspondem as diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial.

No exercício de 2023, a SEJUS apresentou um resultado positivo em relação ao Resultado Patrimonial do período anterior no importe de 968,23%. Comparados ao mesmo período do exercício anterior totalizando 25.284.779,52, pois as VPA foram maiores que as VPD.

Demonstração Variações Patrimoniais	2023	2022	AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas	459.734.283,15	363.513.030,97	26,47
Variações Patrimoniais Diminutivas	434.449.503,63	366.425.252,55	18,56
Resultado Patrimonial do Período	25.284.779,52	(2.912.221,58)	968,23

*AH = [(Valor atual do item/Valor do item no período base) – 1] x 100.
* A análise vertical permite a comparação percentual do valor de cada conta, ou de um grupo delas em relação a um determinado período. Verifica a evolução no tempo das demonstrações

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	482.408.523,87	419.995.780,07
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	532.032,77	616.252,50
Outras Receitas Derivadas e Originárias	421,62	1.966,78
Transferências recebidas	408.831.078,08	358.904.059,67
Outros ingressos operacionais	73.044.991,40	60.473.501,12
Desembolsos	472.805.718,20	418.887.435,23
Pessoal e demais despesas	339.909.004,40	302.855.876,27
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	59.732.840,32	55.334.503,90
Outros desembolsos operacionais	73.163.873,48	60.697.055,06
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	9.602.805,67	1.108.344,84
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	3.506.372,16	4.500.639,22
Aquisição de ativo não circulante	3.506.372,16	4.450.072,68
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	50.566,54
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(3.506.372,16)	(4.500.639,22)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	6.096.433,51	(3.392.294,38)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	19.921.451,34	23.313.745,72
Caixa e Equivalente de Caixa Final	26.017.884,85	19.921.451,34

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	5.612.966,06	-
da União	5.612.966,06	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	403.218.112,02	358.904.059,67
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	408.831.078,08	358.904.059,67
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	-	1.133.649,02
a União	-	1.133.649,02
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	55.215.242,78	51.428.761,30
Outras transferências concedidas	4.517.597,54	2.772.093,58
Total das Transferências Concedidas	59.732.840,32	55.334.503,90

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	1.474,98
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	339.909.004,40	302.854.401,29
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	339.909.004,40	302.855.876,27

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará: As fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez e os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Observa-se que houve geração líquida de caixa e equivalente de caixa positiva:

I- Fluxo de Caixa Líquido das atividades Operacionais.....	9.602.805,67
II- Fluxo de Caixa Líquido das atividades de Investimento	(3.506.372,16)
III- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	0,00
GERAÇÃO LÍQ DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA (I+II+III).....	6.096.433,51

Fluxo operacional

Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio de tributação e outras cobranças.

O fluxo de caixa das atividades operacionais encerrou o exercício com um resultado positivo de R\$ 9.602.805,67, demonstrando que o Estado tem capacidade de financiar a manutenção dos serviços públicos.

Ao analisar o quadro abaixo é possível verificar que a transferências recebidas foi a principal fonte de recursos do fluxo operacional, correspondendo cerca de 85,75% do total dos ingressos.

Fluxo De Caixa Das Atividades Operacionais	VALORES	AV (%)
Ingressos	482.408.523,87	100,00%
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	532.032,77	0,11%
Outras Receitas Derivadas e originárias	421,62	0,00
Transferências Recebidas	408.831.078,08	85,75%
Outros ingressos operacionais	73.044.991,40	15,14%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Em relação aos desembolsos o gasto com pessoal e transferência concedidas representou 71,89% total dos desembolsos.

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Valores	AV (%)
Desembolso	472.805.718,20	100,00%
Pessoal e demais despesas	339.909.004,40	71,89%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Transferências Concedidas	59.732.840,32	12,63%
Outros desembolsos operacionais	73.163.873,48	15,47%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

FLUXO DE INVESTIMENTO

INGRESSOS

Não houve atividades referente a ingressos no fluxo de investimento

DESEMBOLSOS

Fluxo de caixa das atividades Investimentos	Valores	AV (%)
Desembolsos	3.506.372,16	100,00%
Aquisição de ativo não circulante	3.506.372,16	100%
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0	0,00

FLUXO DE FINANCIAMENTO

Não houve atividades referente a ingressos no fluxo de financiamento.

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64
Exercício de 2023

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							176.799.621,41		176.799.621,41
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	7.295.690,94	-	7.295.690,94
Aumento de capital							-	-	
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	25.284.779,52	-	25.284.779,52
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-		-	-	-	
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-		-		-	-	
Dividendos a distribuir (R\$. . . por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos Finais							209.380.091,87		209.380.091,87

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

As mudanças ocorridas no patrimônio foram decorrentes da movimentação das contas Ajustes de Exercícios Anteriores, Resultado do Exercício e Constituição/Reversão de Reservas, nas quais resultaram no período o total R\$ 25.284.779,52, demonstrando uma aumento do patrimônio líquido de 18%.

DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES

NOTA 1: em cumprimento das disposições do "caput" do artigo 53, da Constituição do Estado de Rondônia e da Instrução Normativa nº 72/2020/TCERO, foi encaminhado os comprovantes de envios das remessas mensais ao SIGAP do TCERO no processo 0088.000190/2024-28.